

**DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO:
CONFLITOS E ARTICULAÇÃO DE INTERESSES NO PROJETO SÃO FRANCISCO**

Maria Rita Loureiro

Professora da Fundação Getulio Vargas, São Paulo (FGV-SP)

Marco Antonio C. Teixeira

Professor da FGV-SP

Alberto Ferreira

Mestre em Administração Pública e Governo na FGV-SP

Este trabalho contribui para a análise sobre os arranjos institucionais que organizam as arenas de formulação e efetivação de políticas de desenvolvimento no Brasil, procurando responder à seguinte indagação: estas políticas estão configurando processos decisórios mais democráticos, incluindo uma pluralidade maior de atores e ao mesmo tempo ampliando novas capacidades estatais, isto é, tornando as burocracias mais aptas a levar a cabo os objetivos propostos?

O objeto empírico da pesquisa é o Projeto de Transposição das Águas do Rio São Francisco – política presente na agenda pública do país há mais de um século, mas só recentemente transformada em prioridade do governo, ao ser incorporado no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Lançado em 2003, mas iniciado apenas em 2007, depois de vários percalços políticos e jurídicos, cabe indicar que o projeto focalizava, em seu desenho inicial, apenas a transposição de águas para os estados mais ao norte de sua nascente. Em decorrência de inúmeros conflitos e negociações em torno de seu desenho, passou a ter seu objetivo ampliado, incluindo também a revitalização das águas do rio. Hoje ele se denomina Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF).

Neste trabalho, foram analisadas as relações entre a burocracia governamental e os atores políticos na esfera federativa, no Congresso e na sociedade civil organizada. Também foi objeto de análise o papel desempenhado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), Ministério Público (MP), Controladoria Geral da União (CGU) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama). A fiscalização exercida por esses órgãos de controle afeta os resultados das políticas, especialmente quando há processos de licitação de obras, ações de

defesa do meio ambiente e de garantia de direitos de populações atingidas pelo empreendimento.

Conclui-se que, diferentemente do que ocorreu na construção de grandes obras nos governos militares, o PISF caracteriza-se por arenas decisórias de formulação e efetivação bastante inclusivas de uma pluralidade de atores estatais e societários. Os dados empíricos aqui presentes reafirmam as constatações trazidas pela literatura nacional e estrangeira, relativas ao papel de destaque desempenhado pelas burocracias estatais, hoje, nas políticas públicas. Eles mostram igualmente que grande parte do desenho dessas políticas se faz na implantação, que não é apenas um processo de execução meramente gerencial ou administrativo. Ao contrário, descrevem a implantação como um espaço politizado de luta e negociação política em que grupos estatais e societários procuram recuperar perdas eventualmente ocorridas na formulação ou, ainda, afirmar demandas não contempladas anteriormente.

SUMÁRIO EXECUTIVO